



**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220

Cx. Postal 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14

CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR

WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR



DIRETORIA JURÍDICA

DE: DIRETORIA JURÍDICA
PARA: PRESIDÊNCIA

PARECER Nº. 175 /2023
REF: PROJETO DE LEI N.º 42/2023
ORIGEM: PODER EXECUTIVO

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Atendendo a Vossa Determinação e considerando a competência atribuída a este órgão pela Lei nº 3.809/2017, e, art. 31 do Regimento Interno desta Casa de Leis, cabe aduzir o que segue:



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220

Cx. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14

CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR

WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR



I – DO RELATÓRIO

Chega a esta Diretoria Jurídica o Projeto de Lei n.º **42/2023** (**Processo Digital n.º 353/2023**), subscrito pelo Poder Executivo Municipal, o qual dispõe: “Cria cargo e altera o Anexo II da Lei Municipal n.º 1009, de 25 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da administração direta do Município de Campo Mourão, e dá outras providências”, se fazendo acompanhar de Mensagem Justificativa, conforme preceito regimental com a solicitação de tramitação em regime de urgência.

Fora anexada a declaração a que alude o art. 16, II da Lei Complementar Federal 101/2000, bem como da estimativa de impacto financeiro exigida pelo art. 16, I da Lei Complementar Federal 101/2000.

O Projeto de Lei em comento foi protocolizado no dia 23 de fevereiro de 2023 e o Departamento de Controle Legislativo e Arquivo Histórico, em 24 de fevereiro de 2023, constatou a seguinte legislação municipal acerca da matéria: Lei Orgânica, Decreto 1424/1997 e Leis Ordinárias 1009/1996, 1085/1997 e 2761/2011.

Após determinação do Excelentíssimo Presidente desta Casa de Leis, o Projeto de Lei em relevo foi levado ao conhecimento dos nobres *Edis* na 2ª Sessão Ordinária, realizada em 28/02/2023 e na mesma data a proposição foi encaminhada a esta Diretoria Jurídica.



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220
CX. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR



É a síntese do essencial.

II – DO MÉRITO

Alega o Autor em sua Mensagem Justificativa:

Encaminho para apreciação de Vossas Senhorias o Projeto de Lei que "Altera o Anexo II da Lei Municipal nº 1009, de 25 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da administração direta do Município de Campo Mourão, e dá outras providências."

O presente Projeto de Lei objetiva (i) criar o cargo de Auxiliar de Farmácia, com carga horária semanal de 35 (trinta e cinco) horas e previsão de 20 (vinte) vagas; e (ii) aumentar o número de vagas do cargo de Farmacêutico, de 10 (dez) para 20 (vinte) vagas.

De início, há que se esclarecer que a Secretaria Municipal da Saúde conta com farmácias e dispensação de medicamentos e produtos farmacêuticos da denominada "farmácia básica" nos seguintes locais:

Unidade / Órgão de lotação	Quantidade
Unidades Básicas de Saúde (UBS)	16
Unidades de Pronto Atendimento (UPA)	1
Clínica de Especialidade e Pronto Atendimento (Lar Paraná)	1
Postos de Atendimento na Zona Rural	5
Serviço de Atendimento Especializado (SAE)	1
Farmácia Especial da Secretaria da Saúde (que realiza dispensação de medicamentos sujeitos a controle especial)	1
Total	25

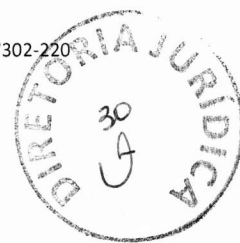
Todos esses locais prestam serviços de recepção, armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos e produtos farmacêuticos. Além dos locais descritos na tabela acima, o Município conta com a Divisão de Assistência Farmacêutica - Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) e a Vigilância Sanitária em Saúde, serviços que também exigem a atuação do profissional farmacêutico como responsável técnico.





PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220
Cx. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR



Por outro lado, conquanto o Município conte com diversos locais com farmácias e serviços que necessitam de profissionais farmacêuticos para exercer atividades vinculadas à área de atuação, a Lei nº 1.009/96, que trata do Plano de Cargos e Salários, previu a existência de apenas 10 (dez) cargos de Farmacêuticos que, naquele momento, era suficiente para atender as necessidades e demandas da população municipal.

Todavia, com o passar do tempo, todas as vagas de profissionais farmacêuticos foram preenchidas e hoje a Secretaria Municipal da Saúde sofre com a escassez de tais profissionais no quadro funcional, frente a enorme quantidade de serviços, controles e procedimentos necessários para viabilizar o ciclo de assistência farmacêutica, constituído pelas etapas de seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos e produtos farmacêuticos, com suas variadas interfaces vinculadas às ações de atenção à saúde. Assim, torna-se necessário e imprescindível o aumento no número de vagas do cargo de Farmacêutico.

Com a crescente demanda nas atividades do cargo de Farmacêutico, surgiu também a necessidade de profissionais com conhecimento na área que pudessem auxiliar o profissional em suas atividades, aliado ao fato de recentemente a Secretaria Municipal da Saúde ter sido formalmente notificada pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF) para ajustar algumas ações e serviços de assistência farmacêutica executados em âmbito municipal, com fulcro na Lei Federal nº 13.021/2014, e pelo Conselho Regional de Enfermagem (COREN), que apontou a irregularidade na utilização de profissionais ocupantes dos cargos efetivos de Auxiliar de Enfermagem e Enfermeiro para realizar serviços específicos da área de farmácia.

Esclarece-se que a Secretaria Municipal da Saúde está desenvolvendo um projeto para a criação de uma Farmácia Central + Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), a fim de organizar e tornar mais eficiente a recepção, armazenagem e controle do estoque de medicamentos e produtos farmacêuticos, por meio da padronização, desmembramento do material médico hospitalar da CAF, distribuição e dispensação racional de medicamentos pelas farmácias. O objetivo é estabelecer procedimentos para melhorar a gestão e controlar o estoque como um todo, organizando a estrutura física de todas as farmácias e realizando cursos e treinamentos com os profissionais de farmácia, visando à economia de recursos financeiros e materiais e, especialmente, o uso racional de medicamentos e produtos farmacêuticos.

Portanto, o presente Projeto de Lei visa criar o cargo de Auxiliar de Farmácia e aumentar o número de vagas do cargo de Farmacêutico, em conformidade com as necessidades atuais da Secretaria Municipal da Saúde e as disposições da Lei Federal nº 13.021/2014.

[Handwritten signature]
DAPOR

[Handwritten mark]



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220

Cx. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14

CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR

WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR



Em anexo segue a Estimativa do Impacto Financeiro para a criação do cargo de Auxiliar de Farmácia e aumento do número de vagas do cargo de Farmacêutico, previstos no presente Projeto de Lei, bem como a Declaração do Ordenador da Despesa, conforme preconiza o artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Ante o exposto, considerando a emergência e relevância da matéria, respeitosamente submeto o presente Projeto de Lei Complementar a essa Egrégia Casa Legislativa, requerendo sua tramitação em **caráter de urgência**, consoante estabelece o artigo 32 da Lei Orgânica do Município.

Na oportunidade, renovo votos de elevada estima e consideração.

Cumpre destacar que a iniciativa para criação/alteração de cargos/órgãos do Poder Executivo, bem como a respectiva atribuição de funções e fixação dos respectivos vencimentos (ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição de competência do Poder Legislativo), inclui-se dentre a competência *privativa* do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 113, II do Regimento Interno, o que evidencia a inexistência de vício de iniciativa.

Vale salientar que, ressalvada a Lei Municipal 1.009/1996 que se pretende alterar, a legislação municipal *remanescente* constatada 24/02/2023, embora conexa, se revela distinta, não representando óbice à tramitação, sendo oportuno destacar que os Decretos são hierarquicamente inferiores às leis e também não representam óbice à tramitação.

Como já destacado na mensagem justificativa, houve a juntada da declaração a que alude o art. 16, II da Lei Complementar Federal 101/2000, bem como da estimativa de impacto financeiro exigida pelo art. 16, I da Lei Complementar Federal 101/2000.



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220

Cx. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14

CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR

WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR



Desta feita, em análise, *salvo melhor juízo*, certifica-se a inexistência de óbice à *tramitação* do Projeto de Lei em tela, pois não se afigura *evidente* inconstitucionalidade, ilegalidade, ou desrespeito aos preceitos regimentais desta Casa de Leis (art. 151, § 2º, II, “b” do Regimento Interno).

Ressalva-se, contudo, que a descrição da exigência para ocupação do cargo de auxiliar em farmácia possui critério subjetivo, merecendo, pois, ser retificado.

Isto porque, ao exigir “Ensino Médio completo com conhecimentos na área de farmácia” não se afigura possível a seleção, mediante critério objetivo, dos respectivos candidatos, na medida em que tal previsão legal poderia resultar na admissão de pessoas que tenham trabalhado em farmácias por apenas 1 (um) mês, ou, ainda, pessoas que tenham simplesmente frequentado, sem concluir, o curso técnico em farmácia.

Por essas razões, recomenda-se que seja alterada a exigência para algum critério objetivo como, por exemplo, “Ensino Médio completo e curso técnico de farmácia certificado pelo Ministério da Educação (MEC)”¹, o que poderá ser objeto de alteração no curso da tramitação.

¹ <http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2016-pdf/41271-cnct-3-edicao-pdf/file>



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220
Cx. Postal 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR



No tocante ao **regime de urgência**, saliente-se o prazo de apreciação - **30 dias de seu recebimento** -, bem como o procedimento previsto no artigo 162, inciso I, e § 1º, incisos I a IV do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Quanto ao tramite, referido Projeto deve ser enviado para análise das **Comissões Permanentes de Legislação e Redação** (artigo 39, incisos I e IV, alínea "a" do Regimento Interno), **Finanças e Orçamentos** (artigo 40, inciso I, alíneas "c", "g-1" e "g-2" do Regimento Interno) e **Méritos Temáticos** (artigo 41, inciso I, alínea "p" do Regimento Interno).

Cumprido ressaltar que o quórum para a aprovação do referido Projeto de Lei é de **maioria simples**, com fulcro no § 3º, artigo 20 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

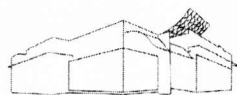
Vale destacar que *nos termos* do art. 63, I da CF/88² e art. 68, I da Constituição do Estado do Paraná³, se afigura **vedada** a apresentação de emendas que impliquem em **aumento de despesas** em proposições de iniciativa do Executivo.

² Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;

³ Art. 68. Não é admitido aumento de despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvadas as emendas ao projeto de lei do orçamento anual, quando compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual;



Câmara Municipal
Campo Mourão - Paraná

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220

Cx. POSTAL 421. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14

CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR

WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR



III - DA CONCLUSÃO

EX *POSITIS*, esta Diretoria Jurídica se manifesta favorável à *tramitação* do aludido **Projeto de Lei nº 042/2023**, com a recomendação acima destacada.

É o parecer, *sub censura*, ressalvada, todavia, a análise de mérito dos Nobres Edis.

Campo Mourão, 03 de março de 2023.

Sidney Kendy Matsuguma

Procurador Jurídico

OAB/PR 56.500